



ATA Nº22  
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE BORBA  
REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2012

----- Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e doze, nesta Cidade de Borba, no Salão Nobre dos Paços do Município de Borba, reuniu, pelas 21 horas, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Período Antes da Ordem do dia

**PONTO UM PONTO UM:** Leitura do Expediente

**PONTO UM PONTO DOIS:** Outros assuntos de interesse para a Autarquia

**PONTO DOIS:** Período para intervenção do público

**PONTO TRÊS:** Período da ordem do dia

**PONTO TRÊS PONTO UM:** Retificação à deliberação de 05 de setembro de 2012 - Imposto sobre Imóveis.

**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Análise conducente à aprovação da ata nº.19 da Sessão ordinária de 29 de junho de 2012



**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** Análise conducente à aprovação da ata nº.20 da Sessão ordinária de 05 de setembro de 2012

**PONTO TRÊS PONTO QUATRO:** Análise conducente à aprovação da ata nº.21 da Sessão extraordinária de 03 de outubro 2012

**PONTO TRÊS PONTO CINCO:** Documentos Previsionais:

- a) Orçamento para o ano de 2013
- b) Grandes Opções do Plano para o ano de 2013

**PONTO TRÊS PONTO SEIS:** Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2013.

**PONTO TRÊS PONTO SETE:** Proposta da 3ª Revisão Orçamental (2ª Revisão ao Orçamento da Receita; 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa.

**PONTO TRÊS PONTO OITO:** Pedido de autorização à Assembleia Municipal para Contratação de Empréstimo a curto prazo para ocorrer a dificuldades de Tesouraria no ano de 2013.

**PONTO TRÊS PONTO NOVE:** Proposta da Abertura de Procedimentos Concurrais.

**PONTO TRÊS PONTO DEZ:** Proposta de Contratação.

**PONTO TRÊS PONTO ONZE:** Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

**PONTO TRÊS PONTO TREZE:** Venda das Ações do Município de Borba na E.D.C.

Mármore



**PONTO TRÊS PONTO CATORZE:** *Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.*

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro lavra-se a presente ata:

----- **O presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e ordenou realizar a chamada, verificando-se a presença dos Membros: Jerónimo João Pereira Cavaco, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Benjamim António Ferreira Espiguinha, Maria Filipa Martins de Almeida, António José Moura Proença, Augusto Manuel Bilro Guégués, Nelson Joaquim Gomes Gato, Rogério Manuel Pereira Pécurto, Sérgio Manuel Pécurto Gazimba, Joaquim Manuel Ganito Trincheiras, Francisco José Ramalho Mendes, Carlos Miguel Armário Ficalho, Joaquim Maria Godinho Veiga, Manuel Filipe Liliu Prates, Celso Miguel Lopes Ramalho, António José Lopes Anselmo, Amélia da Conceição da Silveira Bilro, José António Carapeto Dias, Edgar Manuel Varjola Liliu. -----

Verificou-se a ausência do membro: Maria João Barroso Lopes Cavaco que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.1**) e foi substituído pelo Senhor Carlos Miguel Armário Ficalho) . -----

*PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia*

**PONTO UM PONTO UM:** *Leitura do Expediente*

----- **O 2º Secretário da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes e informou que nada de relevante havia a assinalar, no entanto, e como habitualmente, as pastas da correspondência estavam presentes para quem as quisesse consultar. -----

**PONTO UM PONTO DOIS:** *Outros assuntos de interesse para a Autarquia.*

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que ainda não se encontrava nas pastas um ofício que tinha chegado naquele dia à mesa da Assembleia e a alguns membros da



Assembleia Municipal, enviado pela CIMAC, o qual dizia respeito à **“preparação do período de programação para os anos de 2014/2020.”** -----

Salientou que aquele documento já tinha sido entregue aos representantes das três forças políticas com acento naquela Assembleia Municipal. -----

Referiu entender ser importante que todos os membros tomassem conhecimento do conteúdo daquele ofício para que todos participassem no que tinha sido solicitado, de forma clara. -----

Realçou que a mesa da Assembleia Municipal se disponibilizava para fazer chegar à CIMAC, se os senhores deputados assim o entendessem, todos os contributos por eles endereçados e relativos ao solicitado naquele ofício. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** desejou boa noite a todos os presentes e pediu que lhe fosse esclarecido se a preparação de 2014/2020, de que o ofício falava, era do Quadro de Apoio, ou se era a preparação do novo Plano Territorial para o Alentejo.

----- **O Presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes e disse que estava em curso a preparação do QEE. Disse que tinha sido feito um pedido de colaboração às CIM'S, relativamente a propostas para o Alentejo. Referiu que no antigo QREN, tinha sido feito um PDT para cada uma das CIM'S. -----

Em sua opinião deveria existir um Plano que fosse pensado para o Alentejo, mas também já tinha chegado à conclusão que tal não iria acontecer porque era tudo tratado a correr. Disse que iriam ter uma reunião no dia 3 de janeiro para que fossem dadas já algumas sugestões das CIM'S. -----

Referiu que o documento que tinha sido distribuído dizia respeito a sugestões, reflexões que os deputados quisessem fazer chegar relativamente aquele assunto. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse ao senhor presidente que queria apresentar o seu protesto relativamente à data (04-01-2013) que era indicada no documento, para o envio das sugestões. Afirmou que parecia que estavam a brincar com as pessoas e com as câmaras



porque um Plano de Desenvolvimento Territorial para o Alentejo não se executava daquela forma nem naquele espaço de tempo.-----

Disse que em nome da bancada do PS respondia que aquela carta era ofensiva sobre o que era o planeamento, sobre o que era um assunto sério, como aquele. Assuntos daquela natureza não eram tratados naquelas condições. Realçou que era indigno enviar uma carta daquelas às pessoas. De seguida referiu os pontos (elementos) que eram solicitados no documento recebido. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que não mencionava o que lhe tinha passado pela cabeça ao receber o documento, naquele dia. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** (interrompendo) ...pediu desculpa.-----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** (continuando) ... disse que ele é que pedia desculpa, pois tinha-lhe sido dada a palavra pelo senhor presidente da Assembleia Municipal. De seguida desejou boa noite a todos os presentes e disse que não tinha sido nomeado advogado de defesa do senhor André Espenica, mas chamava a atenção para o facto de o ofício ter vindo da CIMAC e que quem era o presidente daquela entidade era o Dr. Ângelo de Sá. Referiu que quem estava a solicitar a resposta ao documento (ofício recebido) era a CIMAC, porque a CCDRA pedia o contributo até final de janeiro. Em sua opinião o senhor arquiteto André Espenica estava a apanhar por tabela, sem ter culpa no assunto. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que teria sido desnecessária toda aquela conversa se o tivessem deixado falar. Referiu que não estava com mau feitio, mas a intervenção do senhor deputado Benjamim Espiguinha tinha sido perfeitamente inoportuna, porque se o tivesse deixado falar as coisas já teriam sido esclarecidas. -----

Salientou que tinha enviado aquele documento para os senhores deputados da Assembleia Municipal para que eles tivessem conhecimento do que o governo fazia. Disse ao senhor deputado Benjamim Espiguinha que deveria falar com os senhores que estavam na CCDD e



com os indivíduos que estavam no governo, relativamente ao que tinham pedido às CIM'S e às câmaras do país. Salientou que aquele documento tinha sido enviado às 308 câmaras do país. Afirmou que aquilo era uma vergonha. -----

Disse ao senhor deputado Carlos Cabral que, relativamente àquele assunto, ele tinha sido extremamente crítico na reunião em que tinha participado. Referiu que tinha dito naquela reunião que se queriam um Plano para o Alentejo deveriam consultar os diferentes serviços, porque decerto lá existiriam muitos Planos/Estudos elaborados anteriormente pelos sucessivos governos e pagos com o dinheiro de todos. -----

Referiu que aquele documento (carta) tinha sido enviado às CIM'S para se pronunciarem sobre os Planos de Desenvolvimento Territorial. A mesma tinha sido enviada à Assembleia Municipal com o intuito de permitir aos deputados, que quisessem, dar e partilhar alguma sugestão. Nada era obrigatório. -----

Afirmou estar de acordo com o senhor deputado Carlos Cabral quanto aos prazos que tinham sido dados. Acrescentou ser vergonhoso o prazo que tinha sido dado pelo governo para as CIM'S se pronunciarem. Era a chamada fachada democrática, para depois fazerem o que entendiam. -----

Disse que aquele documento não era nenhuma provocação aos eleitos daquela assembleia, era, sim, a prova do que se passava no país relativamente a posturas e decisões que o governo tinha para com as CIM'S e as câmaras. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao senhor presidente o envio daquele documento pois, assim, todos tinham ficado a saber como é que as coisas se processavam no país. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse que o Plano era uma coisa extremamente necessária. Acrescentou que se aquilo era para o QREN, na sua opinião, a ideia que o governo teria que propor a Bruxelas, seria que queria a comparticipação de 100%, em todos



os investimentos. Porque estar-se a tratar um Planeamento daquela forma quase parecia uma brincadeira. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou os senhores deputados que iria seguir, na próxima semana, um ofício para os CTT- Correios de Portugal, no sentido de repudiar a forma como tinha decorrido a distribuição do correio nos últimos dias. Salientou que os documentos tinham sido expedidos pelo Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal de Borba, em tempo útil, dentro daquilo que eram as normas e o Regimento da Assembleia Municipal e não tinham chegado a alguns senhores deputados. Referiu que a resposta que tinha recebido dos correios tinha sido insatisfatória. Era incompreensível como é que uma carta com origem no concelho de Borba demorava 10 dias a chegar às pessoas, quer fossem utentes, ou eleitos da Assembleia Municipal. -----

Informou que, futuramente, seria dado conhecimento da resposta aos senhores eleitos da Assembleia Municipal. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que tinha sabido naquele dia que havia um estudo que levaria, eventualmente, ao encerramento do Quartel de Estremoz. Referiu que tinha efetuado alguns contactos e que já estava prevista, para dia 02 de janeiro, uma reunião entre os cinco municípios da área de influência do Quartel de Estremoz no sentido de esclarecer o assunto. Salientou que aquele quartel desempenhava na região um papel importante e que, se encerrasse, seria mais uma machadada no que se passava no Alentejo e nos serviços do país. Caso aquele quartel encerrasse ficariam apenas 2 quartéis no sul do país. -----

Seguidamente manifestou a oposição do município de Borba ao encerramento daquele Quartel. -----

----- **O deputado Nelson Gato** desejou boa noite aos presentes e perguntou ao senhor presidente qual era o ponto da situação do PAEL. Se já estava aprovado e se a primeira tranche já tinha chegado, ou se existia algum percalço naquela candidatura. -----



Relativamente à dívida vencida depois do dia 4 de outubro perguntou se estava tudo controlado. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** sugeriu ao senhor deputado Nelson Gato que, pelas suas vias partidárias internas, perguntasse aos membros do seu partido o que se passava, porque da parte da câmara municipal de Borba estava tudo pronto, estava tudo "OK". Estavam só à espera que o governo cumprisse a sua palavra de enviar para a câmara de Borba o PAEL até final do ano. -----

Relativamente à dívida vencida a 4 de outubro disse que não sabia a que se referia. Perguntou ao senhor chefe de divisão António Passinhas se sabia do que se tratava. -----

----- **O Chefe de Divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos e perguntou ao senhor deputado Nelson Gato o que queria saber, pois não estava a entender o que tinha querido dizer com "se a dívida estava controlada" -----

----- **O deputado Nelson Gato** disse que no PAEL estavam incluídos todos os valores de dívida, com mais de noventa dias... (interrompeu) -----

----- **O Chefe de Divisão António Passinhas** (continuou...) no PAEL existia um mapa 6 que tinha todos os pagamentos em atraso, que eram considerados pagamentos em atraso, registados no Sial até à data de 31 de março. Aqueles pagamentos em atraso tinham obrigatoriamente que se manter como pagamentos em atraso, até que fosse recebido o PAEL porque, se fossem pagos antes do recebimento do PAEL, significava que eles não poderiam ser liquidados, caso o PAEL fosse aprovado para todos aqueles montantes. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** entregou e leu uma Moção do Grupo Municipal do PS. (que se arquiva em pasta anexa como **doc. Nº.2**). -----

#### **“Em Defesa do Poder Local Democrático”** -----

“ Após um ano e meio do chamado programa de assistência financeira, acordado entre o anterior e o atual governo português e a TROIKA, o resultado é um país mais endividado,



mergulhado numa recessão sem precedentes, com níveis insustentáveis de desemprego e pobreza. -----

É preciso pôr fim a esta agressão aos trabalhadores, aos reformados, à juventude, aos micros, pequenos e médios empresários, aos utentes dos serviços públicos, ao movimento associativo e popular, ao poder local democrático, que afunda o país e empobrece os portugueses. -----

A ofensiva dirigida contra o poder local, que procura atingir simultaneamente o seu carácter democrático e o princípio constitucional da sua autonomia administrativa e financeira, é parte integrante do ataque dirigido contra as populações e os seus direitos, que visa impedir o exercício de atribuições e competências indispensáveis ao bem-estar, ao progresso e desenvolvimento locais. -----

O governo, contra a vontade popular e dos órgãos autárquicos, aprovou, com os votos do PSD e do CDS a lei 22/2012, que tem o objetivo de impor a extinção de mais de 1000 freguesias. Esta lei, assente em princípios antidemocráticos, pretende, independentemente da vontade das populações, consagrar a obrigatoriedade de uma suposta reforma administrativa do território das freguesias criando, para esses casos, uma unidade técnica, onde só estavam representantes do governo, para implementar mesmo contra a opinião das populações e das autarquias, a extinção de freguesias. -----

A esmagadora maioria das Assembleias Municipais disse não à extinção de freguesias! O país está contra! A extinção de freguesias põe também em causa centenas de postos de trabalho, no distrito e no país. Lutar pela sua manutenção é lutar pelo direito constitucional ao emprego com direitos. Não é admissível que o governo e as suas políticas de direita queiram mandar para o desemprego mais trabalhadores da administração pública, retirando às populações a pouca qualidade de vida que ainda têm. -----

Também os reformados, pensionistas e idosos são um alvo do governo e das suas desumanas políticas de austeridade, agravando as suas já débeis condições de vida,



cerceando o seu acesso aos cuidados de saúde e retirando uma significativa fatia dos seus rendimentos. -----

A ofensiva levada a cabo por sucessivos governos contra os serviços públicos e as funções sociais do estado, as conquistas da Revolução de Abril que a Constituição da República consagra, tem resultado no encerramento de serviços de proximidade, degradação da qualidade nos serviços prestados, aumento crescente dos custos para os utentes. A saúde, a educação, a segurança social, a justiça, os serviços postais, a água, os transportes públicos são, entre outros, essenciais e de grande significado para as populações que o governo PSD/CDS pretende destruir, nomeadamente, através dos brutais cortes orçamentais para o 2013. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Borba reunida em 28 de Dezembro de 2012 delibera: -----  
Exigir a revogação das normas do PAEL que põem em causa a autonomia local e que prejudicam as populações, a revogação da lei dos dirigentes municipais, a revogação da lei dos compromissos, a revogação da nova lei do setor empresarial local, a revogação da lei da reforma administrativa do território, a manutenção da atual lei das finanças locais e das suas cláusulas transitórias e a suspensão do processo legislativo relativo às competências das autarquias locais e entidades intermunicipais. -----

Grupo Municipal do PS da Assembleia Municipal de Borba “, -----

Seguidamente fez alguns uns comentários: -----

“No tempo dos burlões, que se apresentam nas televisões como enviados da ONU, existem muitos mais burlões do que só aquele; o que é que é mais burla? Apresentar-se com um cartão falso ou ter uma licenciatura que não conta? O que é que é mais burla? Apresentar um programa eleitoral e fazer tudo ao contrário para as populações? O que é que é mais burla, neste momento, em Portugal? Cumprir os contratos com os grandes e cortar o contrato social com as populações, com os trabalhadores, com os pensionistas, os reformados? Há um contrato na sociedade portuguesa que está a ser completamente



rompido, mas os contratos com os grandes e fortes não são rompidos”. -----  
Acrescentou que tinha sido aprovada naquele dia mais uma lei que entregava o poder local dos eleitos democráticos a gerentes exteriores e que obrigava a câmara, no ano seguinte, a ter um auditor externo, em vez de ser o poder local democrático, as assembleias municipais, a controlarem as câmaras. -----  
Fez referência à ousadia daqueles que se propuseram governar o país sem o conhecerem, sem estarem preparados para tal, sendo portadores de uma incultura sobre a realidade nacional. -----  
De seguida fez a comparação entre os governos de Portugal e Espanha, no que respeitava às medidas previstas para a destruição do pequeno comércio, para o ano de 2013. Disse que as finanças espanholas tinham ordem para deixar crescer os pequenos negócios, enquanto as finanças portuguesas iriam deixar o “BIGBROTHER” “lixar”, destruir, todos os pequenos negócios, os quais sustentavam famílias. Afirmou também que iriam ser entregues, por mês, quinhentas e sessenta e tal mil faturas, só no negócio da restauração. -  
Referiu que no período que o país atravessava se pediam 3 coisas importantes aos portugueses: bom senso, dignidade e alguma coragem porque, a continuar aquele caminho, no ano de 2013 se assistiria a coisas extremamente graves no país. Viver-se-iam períodos extremamente complicados. -----  
Afirmou que seria preciso ir ao passado para perceber como Portugal tinha atravessado, ao longo da sua história, diversas crises e que essas diversas crises sempre tinham pesado extraordinariamente sobre os mesmos, sobre as populações. Seria preciso ir aos indicadores do país para perceber que era um país paupérrimo em 1960; para perceber como entre 1960 e 1970 um milhão e cem mil portugueses tinham emigrado; para perceber como a corrente migratória se encontrava naquele momento em que a juventude, em qualquer inquérito que se fizesse, apresentava índices superiores 50% a 60%, de não ter perspectivas de futuro no seu próprio país e querer ir embora.”-----



-Disse que nunca tinha entendido a política como sendo futebol, sempre tinha entendido a política como o serviço da coisa pública, da causa pública. Afirmou ainda que, naquele momento, já não importava muito a discussão da política, importava essencialmente apelar às pessoas para a dignidade mínima da vida dos concidadãos e das concidadãs, á dignidade mínima que estava a ser destruída completamente, e mais ainda, à solidariedade, de modo a que não se fizessem no país, outra vez, os chás de caridade, a sopa dos pobres, a distribuição de calçado aos descalços, a desgraça para espetáculo da caridade.”-----

De seguida fez o seguinte comentário: “ ... é neste dia, depois do Natal, em que o Pedro nos brindou com uma mensagem espantosa a dizer que não tínhamos na mesa o que deveríamos ter, quando tinha sido ele a tirar da mesa aquilo que as pessoas deveriam ter; em que o “Pedro” se confunde entre “Pedro”, Laura e primeiro-ministro. Em que a ousadia de querer cargos para os quais não se tem qualquer preparação custa extraordinariamente cara ao povo e ao país.” -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS, “ *Em Defesa do Poder Local Democrático*”, tendo a mesma sido aprovada com **16 votos a favor (13 dos eleitos do PS e 3 dos eleitos da CDU), e 3 votos contra (eleitos PSD)**. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** desejou boa noite a todos os presentes e pediu à mesa da assembleia que transcrevesse o mais possível a intervenção do senhor deputado Carlos Cabral. De seguida deu os parabéns ao senhor deputado Carlos Cabral e disse que aquele documento ficava para a história daquela assembleia municipal e que subscrevia a análise política que tinha sido feita. -----Seguidamente apresentou e leu uma Moção sobre o Orçamento de Estado para 2013. (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.3**) -----

**“ O Orçamento de Estado 2013 não serve o País nem os Portugueses”**. -----  
“Ao contrário do que vinha a ser apregoado desde 2011, o ano de 2012 não foi o ano da



viragem económica, bem pelo contrário, foi um ano de agravamento da dramática situação económica e social que o País atravessa. -----

Infelizmente para muitos trabalhadores e muitas famílias, também no concelho de Borba a recordação que irá ficar deste ano de 2012 será o corte nos subsídios de Natal e de férias, a facilitação dos despedimentos, o aumento do desemprego, o aumento da precariedade, o encarecimento do custo de vida, a perda de poder de compra e o aumento de impostos. -----

Hoje pode-se assumir com toda a convicção que Portugal e os portugueses estão mais pobres. A Constituição da República Portuguesa, Lei Fundamental aprovada em 1976, na sequência da revolução democrática do 25 de abril de 1974, tem sido, até ao momento, a garantia dos direitos fundamentais em Portugal e da dignidade que todos os portugueses merecem. -----

Infelizmente, e de uma forma cega, o governo português e a maioria da Assembleia da República que o suporta, insistem em prosseguir com políticas desastrosas que já levaram ao empobrecimento de milhares de famílias portuguesas, sendo que para muitas este será o Natal mais triste que alguma vez tiveram, pois estão sem emprego e sem dinheiro para cumprir com os seus compromissos ou para alimentar os seus filhos. O Orçamento de Estado para o ano de 2013 é mais uma peça no rumo de desastre que o País está a levar. ----

Marcado por uma enorme carga fiscal que irá promover mais desemprego e instalar definitivamente a fome existente e já acentuada em 2012. Um Orçamento que não serve nem o País nem quem nele trabalha, bem pelo contrário, sobcarrega estes para poder manter privilégios instalados e, de forma parasitária, transformar a Constituição da República Portuguesa num documento sem valor, violando o seu espírito democrático e social. -----

Por todas estas razões, entende a Assembleia Municipal de Borba que o Senhor Presidente da República tem uma palavra a dizer sobre o Orçamento de Estado para o ano de 2013, devendo agir sobre o mesmo, de forma a que este não viole a Constituição. -----



Assim e em conformidade com as considerações acima referidas, delibera a Assembleia Municipal de Borba, reunida em sessão ordinária de 28 de dezembro de 2012, manifestar o seu profundo desacordo com a linha política contida no Orçamento de Estado para 2013 e repudiar as medidas nele previstas." -----

Borba, 28 de dezembro de 2012 -----

Os eleitos da CDU. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, "*Orçamento de Estado 2013 não serve o País nem os Portugueses*" tendo a mesma sido aprovada com **16 votos a favor (13 dos eleitos do PS e 3 dos eleitos da CDU) e 3 votos contra (eleitos PSD)**. -----

Seguidamente o senhor presidente propôs uma alteração à ordem de trabalhos, para a inclusão do ponto "**Retificação à deliberação de 05 de setembro de 2012 – Imposto Municipal sobre Imóveis**", passando o ponto da "**Apreciação das Atividades da Câmara e sua situação financeira**", a ser o ponto **3.14**. -----

Foram distribuídos pelos senhores deputados os documentos que tinham sido recebidos da câmara municipal, referentes ao ponto em questão. Referiu que o assunto se prendia com uma expressão utilizada, erro de escrita, na ata nº18 de 16 de agosto de 2012, da Câmara Municipal. -----

Informa-se o seguinte "Apesar de no Município de Borba não estar definida sequer qualquer "ZEP" certo é que, por lapso, na deliberação de 16 de agosto último relativa à taxa municipal sobre imóveis para o ano de 2013 figura na respetiva alínea e) "o agravamento de 20% para prédios degradados (definidos na ZEP) com base no nº.8 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal"". -

Assim, e como se trata de um manifesto de erro de escrita, a Câmara Municipal de Borba deliberou, por unanimidade, retificar naquela parte a deliberação de 16 de agosto e, onde se lê: "**definidos na ZEP**" deverá ler-se no "**Centro Histórico**". -----



O senhor presidente colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

**PONTO DOIS:** Período para intervenção do público

**PONTO TRÊS:** Período da ordem do dia

**PONTO TRÊS PONTO UM:** Retificação à deliberação de 05 de setembro de 2012 –  
Imposto Municipal sobre Imóveis.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** após a distribuição dos documentos e no seguimento do que tinha acontecido na câmara municipal solicitava-se agora à assembleia municipal a aprovação da retificação à deliberação daquele órgão, de 05 de setembro de 2012, visto ter sido aquela deliberação, que tinha aprovado as taxas do IMI, para o ano de 2013. -----

Seguidamente, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Análise conducente à aprovação da ata nº.19 da Sessão Ordinária de 29 de junho de 2012.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguiña** pediu uma retificação na página 15 daquela ata: na sua intervenção, onde se lia: “confortados”, deveria ler-se “confrontados”. -----

Feita a retificação solicitada, o senhor presidente colocou a ata à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, com **15 votos a favor e 3 abstenções**. -----

No momento da votação estava ausente da sala, um deputado. -----



**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** Análise conducente à aprovação da ata nº.20 da Sessão Ordinária de 05 de setembro de 2012.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento á discussão. -----

----- **O deputado Carlos Ficalho** desejou boa noite aos presentes e pediu a retificação na página nº.21 daquela ata, no que respeitava à entrega das 2 declarações de voto. Deveria constar que uma declaração de voto era do PSD e outra da CDU. -----

Feita a retificação o senhor presidente colocou a ata à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 16 votos a favor e 2 abstenções. -----

No momento da votação estava ausente da sala um deputado. -----

**PONTO TRÊS PONTO QUATRO:** Análise conducente à aprovação da ata nº.21 da Sessão Extraordinária de 05 de outubro de 2012.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo inscrições colocou a ata à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

**PONTO TRÊS PONTO CINCO:** Documentos Previsionais:

a) Orçamento para o ano de 2013

b) Grandes Opções do Plano para o ano de 2013.

----- **O presidente da Câmara Municipal** referiu que a época que se vivia era uma época extremamente conturbada, tanto a nível nacional, como mundial, em termos económicos, em termos sociais e até em termos políticos. Acrescentou que aquele orçamento e Plano acabavam por ser o reflexo de tudo aquilo. -----

Disse que era um orçamento de contenção, prudência, cautela e de grande responsabilidade, mas que aquele executivo entendia que existiam coisas das quais não abdicava. Seria preciso continuar a trabalhar por Borba, por todos aqueles que os tinham elegido, pelo bem do concelho, do Alentejo e do país. -----



Disse que a linha de atuação continuava a ser aquela que tinha norteado o trabalho daquele executivo, desde havia uns anos àquela parte. Referiu que estava em curso a obra da Requalificação da Escola e a Construção do Novo Centro Escolar, a qual obrigava a ter alguma cautela com outro tipo de investimentos. -----

Afirmou que o concelho de Borba deveria ser um **“Concelho Competitivo, Coeso, Sustentável e Inovador: uma referência de desenvolvimento no Alentejo”**. -----

Salientou que aquele executivo entendia não precisar de nenhum auditor externo, pois os borbenses continuavam a acreditar neles. -----

Relativamente ao orçamento disse que continuavam apostar nas tais cinco linhas estratégicas de desenvolvimento, as quais já eram conhecidas por todos os presentes. -----

Primeira Linha Estratégica – **Projetar o desenvolvimento do Concelho** – relativamente à qual disse que iriam continuar apostar na modernização. Afirmou que Borba, em termos de modernização, era uma referência nacional. Referiu que iriam continuar a recuperação do edifício dos Paços do concelho. -----

Segunda Linha Estratégica – **Afirmar uma educação de excelência** – relativamente à qual referiu a Construção do Centro Escolar e a Requalificação da Escola Padre Bento Pereira. Informou que tinham ganho um prémio a nacional, relativamente àquela área, nomeadamente no que se referia à questão das AEC`S. Fez referência à gestão das cantinas escolares e às atividades exercidas na área da educação. -----

Terceira Linha Estratégica – **Promover a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável.**

Disse que continuariam apostar no desporto e nos arranjos urbanísticos. Afirmou que grande parte das obras previstas só poderiam ser feitas caso houvesse fundos comunitários. -----

Referiu que continuariam a trabalhar com a “prata da casa”, nos Planos de Pormenor que estavam em curso. -----

Lamentou o facto de as obras por Administração direta continuarem a não ser apoiadas



pelos fundos comunitários Situação, que já tinha acontecido no QREN e que iria voltar acontecer no QEE. -----

Quarta Linha Estratégica – **Desenvolver a coesão e a justiça social** – Continuar a desenvolver atividades no âmbito da Rede Social do Concelho: dinamização do Gabinete de Ação Social; apoio aos idosos; dinamização de algumas atividades desportivas e de laser. Referiu que os custos não seriam muito elevados e, por isso, conseguia-se fazer-se muito com pouco. -----  
Continuariam a apostar no Projeto RELER; em pequenas beneficiações em habitações de pessoas carenciadas. Afirmou que a “caridadezinha” de que o senhor deputado Carlos Cabral tinha falado cada vez era mais notória. Referiu que, por vezes, os apoios que o governo dizia que dava não eram notórios, naquelas situações. -----

Quinta Linha Estratégica – **Potenciar o turismo, a competitividade, a inovação e o empreendedorismo** – Continuar a apostar na promoção turística em termos da promoção do concelho, nomeadamente com as noites de verão. -----

Em termos de valorização da atividade económica e gastronómica dos produtos tradicionais, a Festa da Vinha e do Vinho de 2013. -----

Continuar a trabalhar relativamente à valorização do património histórico e cultural avançando com o projeto de valorização da Cidade de Borba, o qual já estava aprovado, mas aguardava resposta a reclamações que tinham efetuado. -----

Em termos de dinamização e promoção do concelho, continuar trabalhar nesse domínio: na dinamização do Pavilhão de Eventos, no Polo-Industrial da Orada e na dinamização de outras atividades económicas, nomeadamente no Polo-Industrial de Santiago Rio de Moinhos. -----

Terminou a sua intervenção referindo que aquele orçamento tinha um montante de dezassete milhões e oitocentos mil euros e passou a palavra ao senhor chefe de divisão para que fosse feita a intervenção financeira, pois ele já tinha feito a intervenção política. ----



----- **O chefe de Divisão António Passinhas** disse que aquele era o orçamento possível. Aquele orçamento tinha sido feito de forma a não inflacionar um cêntimo nas receitas e, como tal, o mesmo nas despesas. Aquele orçamento tinha sido feito analisando as receitas efetivas que a câmara poderia ter no ano seguinte, e com base naquelas receitas encontrar despesas que não pudessem superar aquelas mesmas receitas. -----

Referiu que tinha sido extremamente difícil, razão pela qual a maioria das rubricas tinham sido reduzidas. Tinham tido que abdicar de algumas despesas em que a média apontava para um determinado montante e, para não o superarem, tinham abdicado daquelas despesas. -----

Salientou que existia um compromisso da parte do executivo para que aquele orçamento fosse executado e, para tal, existia a intenção de reduzir despesa. Referiu que tinham apresentado o que seria efetivamente possível vir a ser cobrado e tinham-se orientado pelo PAEL, de acordo com a candidatura que tinha sido apresentada. -----

Terminou a sua intervenção colocando-se ao dispor dos senhores deputados para quaisquer dúvidas que quisessem ver esclarecidas. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** disse que tinha lido a introdução que o senhor presidente tinha feito no documento do orçamento, na qual repetia as queixas relativamente à retenção das verbas por parte do governo. A câmara de Borba tinha demonstrado dificuldade em pagar dívidas, tinha dificuldade na gestão e tanto assim era que tinha tido que recorrer ao PAEL, logo seria natural que o governo quisesse ter algumas garantias porque nada indicava que, uma vez ultrapassada aquela questão, a câmara de Borba não continuasse com o mesmo modo de vida que tinha seguido nos últimos anos.

Afirmou que seria natural que o governo quisesse ter algumas garantias de que a câmara não iria por maus caminhos. -----

Referiu que o PAEL era uma forma que o governo tinha para ajudar a câmara porque, de outra forma, aquela não conseguiria pagar aquelas dívidas. Informou que no dia anterior,



em conselho de ministros, se tinha avançado com a nova Lei das Finanças Locais, na qual estavam previstos mais apoios para câmaras que estavam com muitas dívidas. Talvez a câmara municipal de Borba fosse também contemplada com aqueles apoios. -----

Disse ao senhor presidente que ele se queixava que o governo não apoiava a câmara, que retirava verbas, mas que havia presidentes de câmaras do PS (Condeixa-a-Nova) que se queixavam do contrário. Que diziam que o governo tinha beneficiado quem tinha gerado dívida e acumulado pagamentos em atraso. Sublinhou que não existia por parte do estado um estímulo, uma discriminação positiva que premiasse as gestões equilibradas em benefício das populações. Adiantou que se estava a falar de uma câmara de quinze mil habitantes que tinha apresentado um orçamento de quinze milhões de euros e que deveria ter as contas controladas. Tinha dívidas residuais a fornecedores e a empreiteiros e tinha uma diminuta dívida à banca. Afirmou que era interessante verificar como autarcas da mesma força política se queixavam de maneiras diferentes relativamente ao procedimento do governo para com as autarquias. -----

Relativamente ao cumprimento do programa eleitoral do PS no mandato (2009/2012) disse que tinha comparado o orçamento do ano de 2010, 1º orçamento daquele mandato, e o orçamento que se estava a discutir para aprovação e que tinha verificado que tinham desaparecido a Construção dos Novos Estaleiros Municipais no Alto dos Babelos e a construção da Nova Zona Industrial no Alto dos Babelos; deixava de se realizar a Feira do Queijo em Rio de Moinhos e a Feira das Ervas Aromáticas na Orada e tinha passado à história o Centro Empresarial de Borba. -----

De seguida mencionou mais algumas situações que estavam no orçamento de 2010 e que ainda duravam sem que tivesse havido algum desenvolvimento: Museu das Profissões, que passava a ser designado por Polo-Museológico das Profissões; Arranjo Paisagístico de Rio de Moinhos/Jardim Temático; Abertura da Porta do Castelo; Iluminação Cénica da Fonte das Bicas e do Edifício dos Paços do Concelho; Dinamização do Pólo-Industrial de Apoio à



Agricultura da Orada; Construção do Pólo-Industrial de Rio de Moinhos. Salientou que aquelas situações se tinham vindo a arrastar apesar do senhor presidente sempre ter dito que cumpria integralmente o programa. -----

Relativamente ao facto de aquele orçamento ser considerado um orçamento de contenção, prudência e cautela fez notar que até dia 15 de dezembro tinham uma receita arrecadada de nove milhões de euros e tinha sido apresentado um orçamento em que aquela receita ia para os dezoito milhões. Estava-se a falar do dobro. -----

Acrescentou que a câmara estava numa situação extremamente difícil, que sabia que existiam muitas dificuldades mas que, na sua opinião, aquele executivo tinha contribuído, e em muito, para aquelas dificuldades. -----

Disse que iriam passar um ano a pagar vencimentos a funcionários, dívidas a fornecedores, dívidas a bancos e pouco mais e que talvez desse para pagar algumas viagens a alguns sítios da América Latina, à Rússia e à China. -----

----- **O deputado Sérgio Gazimba** desejou boa noite a todos e disse que aquele era o último orçamento daquele executivo e que depois de o terem analisado tinham concluído que talvez não fosse tão inflacionado como os anteriores, mas tinha ali a situação camuflada da verba do PAEL, que era de cerca de 5.600.000,00€ (cinco milhões e seiscentos mil euros), daí aquele orçamento ser muito rigoroso. Acrescentou que sem aquela verba seria impossível terem um orçamento daqueles. A câmara de Borba tinha tido que recorrer àquela verba porque estava em completo desequilíbrio financeiro e tinha sido obrigada a recorrer ao último instrumento que o governo tinha disponibilizado. Relativamente à questão de ser um gestor externo a controlar a autarquia disse que, em sua opinião, era o último atentado ao Poder Local. Afirmou ser extremamente grave as autarquias serem geridas por auditores externos e não pelos eleitos do povo. Disse que gostaria de saber qual a posição da câmara relativamente àquele assunto porque a do PSD já sabiam qual era. -----



Disse que a dívida que constava naquele orçamento era de cerca de 14.000.000,00€ (catorze milhões de euros) e que era ali que se encontrava o perigo. -----

Disse que aquele orçamento era inexecutável, não poderia ser posto em prática sob pena de se chegar a outubro ou novembro e algumas das rubricas se encontrarem ultrapassadas. Afirmou que, talvez, aquele orçamento tivesse sido feito só a contar com o final daquele mandato. -----

Relativamente ao PAEL disse que aquele programa obrigava a que os encargos e amortizações, que tinham naquele orçamento o valor de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), se prolongassem por vinte anos. Referiu que era a mão do senhor Dr. Passos Coelho a ajudar as câmaras a fechar. -----

Afirmou que iriam votar contra aquele orçamento pelas diversas situações que vinham levantando ao longo dos tempos: um orçamento para um concelho em que o prazo médio de pagamento a fornecedores era do mais dilatado do país, e estavam a falar em grandes fornecedores, como por exemplo as Águas do Centro Alentejo e outros; em que os impostos municipais eram dos mais caros, impostos pelo PAEL e pela desastrosa política de endividamento que tinha sido seguida ao longo de anos; que englobava também as taxas, licenças e tarifas mais caras a nível de todo o país; em que o valor dos terrenos para habitação era de bradar aos céus; em que a promoção da atividade económica local estava completamente abandonada e em que o apoio ao movimento associativo tinha sido aniquilado ou reduzido e burocratizado; em que os problemas sociais se agravavam e a sustentabilidade do concelho se tornaria muito difícil. -----

Afirmou que aquele era o futuro que tinham para o interior, para Borba. -----

Referiu que os concelhos do interior poderiam vir a tornar-se em albergues gigantes. -----

Afirmou que não tinham a solução para o problema em causa, mas que seria bom que todos refletissem sobre o assunto. Estavam a comprometer as gerações vindouras com os erros que se tinham cometido no passado. -----



Disse que gostaria que o Senhor vereador Serra desse a sua opinião sobre aquele orçamento pois, segundo aquele orçamento, os bens e serviços só estavam contemplados para 10 meses. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que também queria expressar a sua opinião sobre aquele orçamento. Depois de fazer uma análise sobre aquele documento disse tratar-se de um orçamento extremamente exigente a nível da própria execução. Afirmou que tinha plena confiança no executivo e nos técnicos que suportam o executivo, relativamente àquilo que eram as rubricas daquele orçamento”. -----

Em segundo lugar referiu que aquele era o orçamento que a oposição desejava, porque era o orçamento real, um orçamento que em ano de eleições nenhum executivo gostaria de ter de apresentar. Era o orçamento possível, o orçamento que, sem dúvida absolutamente nenhuma, refletia aquilo que tinham sido os últimos anos de governação central e que, também sem dúvida nenhuma, refletia as imposições a nível central. -----

Seguidamente referiu-se a algumas afirmações do senhor deputado Sérgio Gazimba tais como o concelho de Borba dali a alguns anos poder estar reduzido à Santa Casa da Misericórdia, aos idosos e mais uma ou outra situação. Afirmou que aquele atirar a toalha ao chão era, sem dúvida nenhuma, algo que qualquer uma das pessoas ali presentes não aceitaria. Disse que não compreendia o atirar a toalha ao chão porque, se o entendesse, não estaria ali naquele momento. Em sua opinião deveriam pensar em conjunto em algo que pudesse contrariar aquela situação de forma clara, honesta e correta. -----

De seguida referiu que tinha ouvido, naquela assembleia, após a tomada de posse do governo vigente *“que ventos de mudança sopravam a nível nacional e que provavelmente a nível concelho também”* e acrescentou que tinha faltado alguma coisa na frase, porque aqueles ventos tinham sido ciclones devastadores para o país, as populações, os executivos camarários, para o comum dos cidadãos em geral”. -----



Afirmou que não bastava querer, era preciso saber. E par se saber era preciso ter humildade para aprender. -----

Voltou a dizer que, como já tinha referido tantas vezes naquela assembleia, nunca tinha sido tão fácil ser oposição. Todos tinham consciência de que as coisas estavam extremamente difíceis, que fácil era prometer, mas executar, e de forma clara, certa e correta era o mais difícil. Saliou que aquele executivo, sentado ao seu lado direito, merecia àquele nível ser realçado, pela forma como tinha conduzido os destinos do concelho nos últimos anos, com todas as dificuldades que tinham existido. -----

As linhas fundamentais que deveriam existir para o futuro de Borba e que eram conhecidas, naquele momento, conforme a realidade teriam de começar a ser redefinidas. As linhas orientadoras do futuro teriam de passar por aquilo que o governo central se escusava a fazer. Exemplificando, o governo rumava contra o apoio social, cortava onde ninguém se podia defender e continuava a defender aqueles que não precisavam de defesa. Em sua opinião garantir a solidariedade social, qualidade na educação, promover e executar políticas que garantissem os direitos fundamentais, deveriam passar a ser preocupações de todos, no geral. -----

Disse que o ano seguinte seria ano de eleições e deixou um pedido aos membros daquela assembleia: que continuassem a ser honestos consigo próprios porque, ao serem honestos com eles mesmos, seriam honestos com aqueles que os tinham elegido. Seria necessário terem em mente aquilo para que tinham sido eleitos. Teriam que continuar a lutar pela melhoria do concelho de Borba, tendo em mente as preocupações do concelho. -----

----- **O presidente da câmara municipal** cedeu a palavra ao senhor vereador Joaquim Serra. -----

----- **O Vereador Joaquim Serra** desejou boa noite a todos os presentes e referiu que estava a gostar daquela assembleia porque estavam a sacudir a “água do capote” e a direcioná-la toda para o governo. O governo tinha ali algumas responsabilidades as quais,



de uma forma geral, eram relativas a todos os municípios. Só que existiam municípios que estavam mais debilitados que outros. Salientou que o município de Borba estava englobado nos mais debilitados e, naquele momento, com a aprovação da nova Lei das Finanças Locais, o município iria ficar de rastos. -----

Relativamente à execução do orçamento disse que aquele orçamento pecava pelos dois lados. Existia uma suborçamentação do lado da despesa e depois, para tentar equilibrar, tinha algumas rubricas, do lado da receita, em que o senhor chefe de divisão tinha conseguido arranjar umas médias e tinha-as feito crescer para tentar equilibrar a desorçamentação do lado da despesa. -----

As duas rubricas que vinham sempre no orçamento (as outras receitas correntes e as outras receitas de capital), e que todos sabiam que não eram exequíveis, apareciam naquele orçamento substituídas pelo PAEL, que eram os cinco milhões e tal que a câmara tinha conseguido arranjar para satisfazer os compromissos assumidos e não pagos. Depois de pagar aqueles compromissos no valor de quatro milhões e tal, e segundo a execução orçamental em dezembro, existiam oito milhões e tal de compromissos assumidos e não pagos, o que queria dizer que depois de pagarem aquele valor ainda ficavam três milhões fora do PAEL. O que que queria dizer que no orçamento da despesa mais de três milhões já não teriam cobertura pelo PAEL. Então teria que existir cobertura pelo lado da receita. -----

Referiu que tinham terminado com a questão das outras Receitas Correntes e outras Receitas de Capital mas que depois, quando iam comparar os impostos diretos, o que estava proposto para o ano seguinte era mais do dobro do que tinha sido recebido naquele ano. Na sua opinião aquilo não seria muito possível e o mesmo se passava com os impostos indiretos. -----

Referiu que tinham cortado o máximo possível do lado da despesa e que naquele momento precisavam de equilibrar pelo lado da receita. Acrescentou que aquele orçamento tinha a dificuldade de não ter os valores certos nem do lado da receita, nem do lado da despesa.



Realçou que aquele orçamento era para 10 meses porque o que estava previsto, retirando a parte das despesas com o pessoal, o que estava previsto nas outras despesas era para 10 meses. Acrescentou que o orçamento não era para o mandato, era para o ano, e que quem viesse a seguir tinha que ter orçamento para governar. -----

Disse que aquilo só se resolveria com revisões com inclusão de saldo; só que o saldo, depois também não dava para corrigir aquilo. Afirmou que existia outro problema que era a lei dos compromissos. -----

Realçou que aquela situação iria precisar de uma grande responsabilização dos eleitos para que pudessem cumprir aquele orçamento. Depois de ouvir o senhor presidente dizer, ao longo dos tempos, que já tinha cortado em tudo o que era possível não estava a ver onde poderia cortar mais. -----

Disse que a mensagem do senhor presidente e as linhas estratégicas eram iguais há oito anos atrás, mas o concelho e a realidade nacional tinham mudado, e muito. Afirmou que deveria ter existido coragem por parte do município em assumir que as intenções mencionadas nos programas eleitorais, de muitos milhões de euros eleitorais, tinham sido boas mas que, devido às situações encontradas, não seriam possíveis de executar, nem em um ou dois mandatos, mas sim numa vida. -----

Referiu que tinham ali um problema para resolver, naquele orçamento, de um milhão e quinhentos mil euros de despesa em bancos para juros e amortizações. Para um município daquela dimensão tinha algum reflexo, algum peso. Estavam a falar em 15% da receita efetiva. Na sua opinião aquele orçamento deveria ser mais ajustado áquilo que se podia fazer.-----

Referiu que estava em curso mais uma obra que iria dar mais um “garrote” nas finanças da câmara, a obra “Construção do Centro Escolar”. -----

Disse que aquele orçamento, no que respeitava a despesas de investimento, o que continha era o dinheiro para a banca e o dinheiro para a escola. -----



Segundo o seu ponto de vista deveriam sentar-se todos e discutirem o concelho de Borba. Era necessário existir um plano importante para Borba. Numa situação daquelas, numa conjuntura daquelas, o que é que um município daquela dimensão poderia dar/oferecer aos seus munícipes? Quais seriam as linhas orientadoras que deveriam seguir? -----  
Realçou que aquele era um orçamento com compromisso com o passado e sem uma visão de futuro, daí o seu voto contra. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao senhor deputado Benjamim que era óbvio que tivessem que criticar o governo. Porque um governo que castrava as autarquias, que matava o poder local, que fazia de tudo no país” tinha que ser criticado. Disse que as dívidas que a autarquia tinha eram dívidas à banca e que estavam incluídas no PAEL. Afirmou que tinham pago, naquele mês, tudo o que era relativo a dívidas do mês de novembro. Disse que estava tudo perfeitamente controlado. -----

Relativamente à Gestão disse que quem tem telhados de vidro, não pode atirar pedras ao ar. Adiantou que as câmaras tinham sido quem menos tinha contribuído para o défice do país, embora tivessem sido acusadas de despesistas. Afirmou que as câmaras eram era “roubadas” pelo governo. Acrescentou que o dinheiro do PAEL era dinheiro que tinha sido roubado pelos sucessivos governos às autarquias locais por não cumprimento da lei das finanças locais. Disse que não tinha sido a câmara de Borba que, com a remodelação dos centros de emprego, tinha nomeado 133 delegados e mantinha o pagamento da comissão de serviço aos anteriores que tinham sido colocados por concurso. Afirmou que aquele dinheiro que era desviado para pagar aos “boys”, provavelmente poderia ser utilizado nas autarquias. -----

Relativamente ao PAEL disse que a mão com que o governo tinha dado tinha sido a imiscuir-se na vida das autarquias; a emprestar dinheiro a juros mais altos do que o que as autarquias tinham; a aplicar o dinheiro que tinha sido roubado com o não cumprimento da Lei das Finanças Locais. Afirmou que aquilo era castrar, penalizar as autarquias todas.



Afirmou que o fundo da nova Lei das Finanças Locais era a machadada final em todas as autarquias.-----

Na sua opinião, a possibilidade de os autarcas se candidatarem a outras câmaras, depois de terminado o tempo estabelecido para os seus mandatos em determinada autarquia, era mais uma vigarice do governo PSD/CDS. -----

Em relação à intervenção do senhor deputado Benjamim relativamente à câmara de Condeixa, o senhor presidente falou-lhe nas câmaras de Albufeira, de Faro, câmaras que estavam altamente endividadadas. -----

Relativamente ao não cumprimento do programa eleitoral disse que se não existiam condições para se fazerem investimentos porque é que a câmara de Borba haveria de ir gastar dinheiro na infraestruturção e na mudança de uns estaleiros, o mesmo se aplicando ao pólo-industrial do Alto dos Bacos. -----

Disse que governo que dizia que apoiava as empresas e os jovens o que fazia eram floreios políticos sem dinheiro. -----

Relativamente ao Arranjo Paisagístico de Rio de Moinhos disse que, sem verbas, não se poderiam fazer investimentos. Quanto ao Projeto da Porta do Castelo e à Iluminação da Fonte das Bicas estava tudo aprovado; no Pólo-industrial da Orada o asfaltamento seria feito, bem como alguma infraestruturção no Polo-industrial de Rio de Moinhos, se se verificassem algumas intenções de investimento. -----

Disse que o senhor deputado Benjamim não tinha falado no grande investimento do Centro Escolar e da Requalificação da Escola, que era a maior obra da última década para dar condições aos jovens da terra e aos professores, para apostar na educação. -----

Disse ao senhor deputado que a "boquinha" que tinha dito em relação às visitas à América Latina, Rússia e China, nada daquilo que tinha sido feito até àquele momento tinha sido pago com o dinheiro da autarquia. Existia um programa. Manifestou esperança de que quem fosse futuramente para a autarquia tivesse capacidade para encontrar programas



daquela natureza. Afirmou que aquele programa tinha sido um programa excelente para a câmara de Borba, excelente para a promoção do concelho. -----

Afirmou que com a mesma garra com que tinha chegado ali no primeiro dia seria com a mesma garra que estaria ali até ao último dia, de forma a contribuir para o desenvolvimento do concelho, do país. -----

Referiu que era importante que o governo do país desse apoio aos empresários de Borba para que acompanhassem a câmara naquele tipo de iniciativas, porque a promoção estava a ser feita e bem-feita. -----

Relativamente à intervenção do senhor deputado Sérgio Gazimba disse que a situação do PAEL não poderia ser considerada camuflada pois iria existir uma receita. O programa estava aprovado e só por incompetência do governo é que o dinheiro não tinha chegado. -----

Referiu que a autarquia de Borba tinha aderido ao PAEL como poderia ter aderido a outro programa. -----

Aconselhou que verificassem os preços dos terrenos, para habitação, por m2, sobretudo para os jovens. Acrescentou que existia um excesso de casas no país. -----

Relativamente ao abandono da atividade económica disse que nunca nenhuma Câmara tinha promovido tanto os seus produtos como a autarquia de Borba, ao longo dos últimos 11 anos. -----

Relativamente ao Associativismo burocratizado disse que era burocratizado com seriedade porque aquela politiquice que se fazia, de passar dinheiro por baixo da mesa àqueles que mais convinha, isso tinha acabado. Referiu que tinham tido uma inspeção, que tinha obrigado a câmara a fazer um regulamento que obrigava todas as associações a agirem com seriedade, a terem que fazer e cumprir os seus planos e, em função deles, receberem então os respetivos valores. -----

Afirmou que o concelho não se tornaria um albergue gigante pois Borba teria futuro. Disse considerar-se uma pessoa otimista. Afirmou que seria preciso querer, ter-se vontade de



trabalhar em conjunto. Referiu que o alentejano era uma pessoa que tinha por natureza medo de arriscar. -----

Reafirmou que Borba, o Alentejo, tinham muitas potencialidades. -----

Em reposta ao senhor presidente da assembleia e relativamente ao exigente orçamento referiu que era um compromisso daquele executivo, era um orçamento real, sem ser um orçamento para fazer política, para as eleições. -----

Disse ao senhor presidente da assembleia que o governo tinha tomado posse a 7 de setembro de 2011. Disse que o PSD teria legitimidade mas seria para governar sozinho, sem ser com a bengala do CDS, para depois desvirtuarem a votação e tomarem as medidas que quisessem para acabarem com o país, que vendiam a retalho, cortando nos idosos, nas câmaras. -----

Afirmou que os governantes deveriam ter um contacto mais direto com as pessoas para saberem das suas necessidades, dos seus problemas. -----

Disse ao senhor vereador Joaquim Serra que o orçamento era para 12 meses e que iria ser um orçamento de rigor. -----

Disse que tinham de olhar para a frente e trabalhar, não podiam enterrar a cabeça na areia. Disse que aquele orçamento estava ajustado à realidade e que não tinha nada que ver com o futuro, pela razão de não quererem condicionar a próxima equipa candidata à câmara de Borba. Acrescentou não ter dúvidas nenhuma que a nova equipa seria do PS. -----

Salientou que ficava extremamente feliz e que era seu desejo que a próxima pessoa que viesse fizesse um trabalho melhor do que o trabalho que ele tinha feito. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse ao senhor presidente que já tinha percebido que a porta não ficava fechada e que não iria sacudir a água do capote, ao contrário do que apregoavam. -----

----- **O deputado Sérgio Gazimba** disse que na sua atividade profissional, todos os dias, ele e a sua equipa de trabalho, houvesse crise ou não, tinham que fazer acontecer. Afirmou



saber muito bem o que era atirar a toalha ao chão e o que era fazer acontecer, com ou sem meios, com mais vontade ou menos atitude, mais empenho. -----

Referiu que quando tinha falado num **“Albergue Gigante”**, era porque o que tinha sido feito nos últimos anos, tanto em Borba, como em todo o Alentejo inteiro, não tinha invertido a desertificação dos jovens que saíam das suas terras e do país. Disse que falava com conhecimento de causa, pois conhecia bem aquela situação, conhecia bem o Alentejo. -----

Referiu que quem andava a bater às portas tinha uma consciência social diferente da do executivo. Só que nem todos os jovens tinham emprego em instituições ou na função pública. -----

Disse que continuava a acreditar em Borba, como sempre tinha acreditado. -----

Afirmou que já tinha trabalhado muito voluntariamente para Borba, e que não se importava de continuar a trabalhar.-----

Disse que todo o investimento que tinha sido feito no Alentejo não tinha invertido a situação da saída dos jovens. Em sua opinião todo o investimento feito não tinha sido bem sucedido, as opções tomadas não tinham sido as melhores. Poderiam ter sido tomadas outras opções. -----

Realçou que tinham que inverter a política e esquecer o **“betão”**, esquecer as coisas que não serviam para nada, as quais tinha sido feitas nos últimos anos. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que a expressão “atirar a toalha ao chão” tinha sido proferida por ele. E tinha sido dita no contexto de solicitar o empenho e a dedicação de todos. Disse reconhecer no senhor deputado Sérgio aquele empenho e dedicação, no sentido de lutar. Mas também tinha referido que não bastava querer, era preciso saber e saber fazer bem, e para se saber fazer bem tinha que se aprender. Referiu que a ele lhe tinham ensinado que se aprendia com humildade, com aqueles que sabiam e com a vida. Que não se aprendia a dizer que os outros tinham feito mal, ou que os outros não sabiam fazer. Aprendia-se a dar o contributo daquilo que cada um conseguia fazer. -----



Salientou que tinha gostado da sugestão do senhor deputado Sérgio Gazimba: sentarem-se todos a discutir o concelho de Borba. Era pena que aquilo ainda não tivesse acontecido por culpa de todos. Nunca aquela mesa da assembleia tinha proibido qualquer dos senhores deputados de falar sobre o concelho de Borba. Nunca! E daquilo nenhum dos senhores deputados o poderia acusar. Disse estar completamente de acordo quando tinham dito que o deveriam ter feito, mas naquele momento perguntava ele: *“porque é que não o fizemos?”*. Afirmou que tinham sido promovidas assembleias fora do concelho e debates, inclusivamente sobre a Construção do Novo Centro Escolar. -----

Terminou a sua intervenção deixando uma pergunta: *“...e discutimos o concelho?”*. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse que tinha ouvido na televisão o senhor presidente da câmara de Condeixa-a-Nova e que o contexto em que tinha falado tinha sido o da nova Lei das Finanças Locais e do Fundo Municipal, de acordo com os quais o governo queria meter uns municípios a pagar para outros, em vez de construir um fundo a partir de fundos do governo. Referiu que tinha sido naquele contexto que ele tinha falado na discriminação. ----- Referiu que talvez valesse a pena distribuir o programa eleitoral do PSD das últimas eleições, de 2011, porque se poderia ir ali comparar o que tinha sido escrito em 2010 com o ano de 2012; também se poderia comparar o programa eleitoral do PSD com um ano de governo e as declarações de sua excelência o primeiro-ministro, enquanto candidato oficial/eleitoral. -----

Salientou que o problema da expulsão dos jovens do interior do Alentejo, e ultimamente da cidade, não tinha que ver com o problema de Borba, tinha que ver com o sistema económico em que se vivia. Tinha que ver com o Capitalismo ou falso Capitalismo, a “financeiração” do Capitalismo. Afirmou que naquele sistema o interior não tinha vantagens nenhuma para o sistema económico dominante. -----

Disse que a linha do interior dos países europeus, tirando a Holanda, era o próprio sistema



que expulsava as pessoas. Para o sistema não eram precisas tantas pessoas e como não eram necessárias, eram excedentes. -----

Relativamente à questão de discutir o concelho de Borba disse que poderiam estar ali 24 horas seguidas a discutir aquela questão, mas aquilo era o sistema, só mudando muitas das políticas é que se poderia alterar alguma coisa. -----

Salientou que nos fundos de Coesão (QREN) a que os países tinham tido acesso não tinha existido nenhum fundo de coesão, nenhuma linha para a industrialização dos países, o que tinha existido tinha sido para as infraestruturas. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** referiu que naquele dia a discussão estava um pouco enviesada. Acrescentou que os fatores nacionais e internacionais que existiam, e eram muitos, que condicionavam a vida dos municípios e a gestão das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesia e de todo o Poder Local eram verdadeiros atentados, verdadeiros crimes contra a democracia. Acrescentou que no ano seguinte até as verbas do IMI estariam condicionadas: a câmara não poderia fazer o que quisesse com aquelas verbas. Aquelas verbas iriam servir para pagar dívidas bancárias ou então seriam para um fundo e não para a autarquia utilizar como entendesse. -----

Realçou que o governo se estava imiscuir demasiado no poder local democrático para que aquele se pudesse continuar a chamar Poder Local Democrático. E adiantou quando viesse o tal gestor, para gerir as câmaras municipais melhor que os eleitos locais, se voltaria ao tempo antes do 25 de abril de 1974, quando o presidente da câmara era nomeado superiormente. -----

Disse que aquela vertente da questão tinha que ver com todos os municípios, mas não poderia deixar passar o facto de a grave situação financeira em que o município se encontrava ter sido muito definida pelos anteriores executivos municipais que nos últimos anos tinham gerido a câmara. Disse que tinham sido opções, e que as respeitava as opções. O PS tinha ganho a câmara de Borba com a mesma legitimidade com que o PSD



tinha ganho as eleições para estar no governo. O PS tinha gerido por maioria a câmara. Ambos tinham legitimidade para governar. Referiu que a democracia era muito bonita, que todos tinham tido a oportunidade de dar a sua opinião sobre os investimentos que tinham sido feitos, mas que várias vezes tinha ouvido dizer, naquela casa, que eles tinham maioria e que eles decidiam. De facto o PS tinha decidido e tinha assumido, sem precisar de minuta nenhuma para decidir o que tinha querido decidir. -----

Referiu que tinha havido um conjunto de grandes investimentos que não tinham tido os resultados que a propaganda eleitoral tinha anunciado. Mas tinham comprometido financeiramente o município por um, dois, três mandatos e naquele momento por muitos mais mandatos. -----

Disse que naquele conjunto de investimentos, com os quais não tinham concordado, embora tivesse respeito por quem os tinha decidido, vinha sempre à memória, a todos, o Pavilhão de Eventos. Realçou que o problema tinha resultado do facto de ter havido quem aprovasse e quem pagasse. E ali naquela sala existiam responsáveis, com responsabilidades políticas. Seguidamente enunciou mais alguns daqueles investimentos: variantes; mercado municipal. -----

Relativamente ao mercado municipal disse que aquele projeto tinha começado no mandato do senhor Ferreira; depois tinha sido construído no mandato da CDU, tendo então sido considerado uma aberração arquitetónica; depois tinha sido remodelado por aquele partido socialista que se encontrava na câmara e continuava a ser uma aberração arquitetónica e tinha custado muito dinheiro. -----

De seguida perguntou ao senhor presidente se já tinha experimentado levar a lista das compras e o carrinho das compras e se já tinha subido aquela rampa de acesso à parte superior do mercado, nos dias de grande humidade. Alertou as pessoas que tinham menos mobilidade e agilidade, para aquele facto, ao descerem aquela rampa. -----

Referiu que a Piscina Coberta tinha sido um outro investimento que em anos de crise



deveria ter conhecido uma outra opção. Aquilo para não falar na Construção do Novo Centro Escolar da qual os eleitos da CDU tinham discordado. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguinha** disse que se falava e se discutia muito Borba, mas que aquilo de que mais se tinha falado tinha sido do governo, acrescentando que nunca tinha ouvido falar tanto ali no tempo do “outro senhor, estudante em França”. -----

Salientou que quem tinha estado a desviar o assunto naquela assembleia não tinha sido a bancada do PSD. Afirmou que seria sempre a câmara de Borba, o seu motivo de análise. ----

Disse que em outubro de 2013 não seria o “Pedro”, nem o “Álvaro”, que iriam ser avaliados no concelho de Borba. Acrescentou que quem seria avaliado seria o Ângelo, por aquilo que tinha feito, e sobretudo por aquilo que não tinha feito, ao longo daquele último mandato.

Disse que não tinha inventado nada do que tinha referido na sua anterior intervenção. Podia ser confrontado facilmente. -----

Disse que ainda que não lhes desse muito jeito falarem do Ângelo, seria o senhor Ângelo e o delfim que ele indicasse como candidato a presidente da câmara, que iriam ser avaliados em outubro de 2013. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** disse que queria protestar porque aquelas últimas palavras do senhor deputado Benjamim Espiguinha eram ofensivas para o PS. No partido socialista não havia o costume de designar delfins, existia o costume de reunir os seus militantes e escolher democraticamente os seus candidatos. Disse que agradecia que não fosse feita novamente aquela ofensa ao partido socialista. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse ao senhor deputado Carlos Cabral que tinha ficado registado o seu protesto. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao senhor deputado Sérgio Gazimba que, se havia alguém que tinha consciência das dificuldades que as populações estavam a passar, eram os presidentes de câmara que faziam atendimento ao público, não era quem andava a vender produtos. -----



Disse que ainda faltava fazer muito betão (Águas, Esgotos e ETAR'S). Referiu que Bruxelas já não podia ouvir Portugal falar em infraestruturas, porque tinham andado a gastar o dinheiro em novas urbanizações, quando ele tinha vindo para aquelas infraestruturas.-----

Disse que vários presidentes de câmara se tinham manifestado contra o governo, relativamente à forma como aquele tratava as autarquias. -----

Referiu que as autarquias sempre tinham feito as obras dos fundo comunitários de acordo com o que aqueles ditavam. Todos os investimentos que tinham sido feitos pelas câmaras tinham sido direcionados para os eixos onde poderiam ir buscar apoios para as suas terras.

O que o governo tinha feito a Bruxelas tinha sido o que as câmaras tinham feito aos serviços desconcentrados do estado, nomeadamente à CCDR. Referiu que a câmara de Borba tinha sido obrigada a mudar o nome do Pavilhão Multiusos para Pavilhão de Eventos, para poder obter apoio. -----

Salientou que todos os executivos que tinham passado pela câmara sabiam perfeitamente que erros toda a gente cometia. Grande parte dos investimentos que tinham sido feitos não tinha tido que ver só com o programa eleitoral, mas também com os eixos dos fundos comunitários. -----

Disse ao senhor deputado Benjamim que era normal que não se lembrasse do que ele tinha dito no tempo do governo do PS, porque ele só tinha feito parte daquela assembleia naquele mandato. Ele sempre tinha tido uma atitude crítica relativamente ao governo. -----

Disse que seria natural que em 2013 fossem julgados, mas que o voto popular era o melhor voto que havia. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** fez referência ao ponto em discussão e não havendo mais inscrições colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com **13 votos a favor** (dos eleitos do PS), e **6 votos contra** (3 dos eleitos do PSD e 3 dos eleitos da CDU). Foram entregues 2 declarações de voto (uma pelos eleitos do PSD e outra pelos eleitos da CDU). -----



Disse que iriam passar por todos os deputados da Assembleia Municipal os termos de aprovação final do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2013, para que fossem rubricados e para que a mesa da Assembleia Municipal pudesse proceder à sua assinatura. -----

**PONTO TRÊS PONTO SEIS:** Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2013.

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que o quadro de pessoal não tinha nada de novo: pretendia só abrir alguns concursos por termo indeterminado e manter alguns postos de trabalho daqueles cujos contratos iriam acabar. Não estava previsto o aumento de postos de trabalho. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com **13 votos a favor** (dos eleitos do PS), e **5 abstenções** (3 dos eleitos do PSD e 2 dos eleitos da CDU). No momento da votação estava ausente da sala um deputado municipal. -----

**PONTO TRÊS PONTO SETE:** Proposta da 3ª Revisão Orçamental (2ª Revisão ao Orçamento da Receita e 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa).

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que aquela era a habitual revisão em baixa. Tal como o governo fazia a câmara também tinha que fazer. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com **15 votos a favor** (13 dos eleitos do PS e 2 dos eleitos da CDU), e **3 votos contra** (dos eleitos do PSD). No momento da votação estava ausente da sala um deputado municipal. -----



**PONTO TRÊS PONTO OITO:** Pedido de autorização à Assembleia Municipal para Contratação de Empréstimo a curto prazo para ocorrer a dificuldades de Tesouraria no ano de 2013.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que já era hábito aquele pedido de autorização ir à assembleia municipal, acrescentando que naquele ano poderiam ter feito um pedido muito maior, mas que não tinham sequer intenção de o utilizar. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade** dos deputados presentes na sala. No momento da votação estava ausente um deputado municipal. -----

**PONTO TRÊS PONTO NOVE:** Proposta da Abertura de Procedimentos Concurais.

a) Por tempo Indeterminado.

b) Por tempo Determinado.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que para procederem à abertura de concursos tinham que pedir autorização à assembleia municipal. Referiu que as contratações que tinham que fazer tinham que ver com os lugares das pessoas que se tinham reformado e das que se viriam a reformar. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com **13 votos a favor** (dos eleitos do PS) e **5 abstenções** (3 dos eleitos do PSD e 2 dos eleitos da CDU). No momento da votação estava ausente da sala um deputado municipal. -----

**PONTO TRÊS PONTO DEZ:** Proposta de Contratação.-

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que aquela proposta de contratação tinha que ver com a situação do motorista que se iria reformar e que, segundo a legislação, desde que tivesse havido um concurso, o que tinha sido o caso, poderiam ir buscar pessoal



aos concorrentes que tivessem concorrido na primeira vez. Informou que era o que pretendiam fazer. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com **15 votos a favor** (13 dos eleitos do PS e 2 dos eleitos da CDU) e **3 abstenções** (dos eleitos do PSD). No momento da votação estava ausente da sala um deputado municipal. -----

**PONTO TRÊS PONTO ONZE:** Aprovação do Plano de Pormenor da UOPG0.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que toda a história tinha o seu fim. Disse que aquele Plano tinha seguido todos os trâmites legais, que tinha sido muito complicado fazer as perequações. -----

Salientou que aquele Plano tinha sido muito complicado e moroso. Disse que aquela zona, finalmente, estava agora em condições de ser urbanizada. -----

----- **A deputada Filipa Almeida** disse que quando tinha estado na Câmara aquele Plano já tinha barbas, e naquele momento já tinha barbas brancas, e só esperava que ele não chegasse ao fim da vida antes de ter nascido. -----

Referiu que aquela zona de Borba, apesar dos entraves e das dificuldades, que tinham sido muitas, merecia já há muito tempo um Plano de Pormenor. -----

Em sua opinião tinha-se construído noutros sítios muito menos apetecíveis e muito menos adequados. A época era difícil e talvez aquele Plano ficasse mesmo só por isso, talvez não viesse a haver concretização, ou então muito pouca concretização. -----

Salientou que era positivo que aquele Plano estivesse feito. Disse que se iria abster porque não conhecia aquele Plano, talvez por culpa sua. Disse que gostaria de o conhecer, acrescentando que a discussão daquele Plano não tinha sido promovida. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse à deputada Filipa Almeida que o Plano estava ali, na mesa da Assembleia Municipal, caso ela o quisesse consultar, assim como os



outros membros da Assembleia Municipal, embora devessem entender que o tempo era curto. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com **12 votos a favor** (dos eleitos do PS) e **5 abstenções** (3 dos eleitos do PSD e 2 dos eleitos da CDU). No momento da votação estavam ausentes da sala dois deputados municipais. O senhor deputado Joaquim Veiga estava ausente da sala por se considerar impedido. -----

**PONTO TRÊS PONTO DOZE:** Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que existia a opinião de que quem deveria pagar aquela taxa seriam as empresas e não os munícipes. Era a célebre discussão de todos os anos. Embora fosse pouco considerava que era necessário para a autarquia. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com **16 votos a favor** (13 dos eleitos do PS e 3 dos eleitos do PSD) e **2 votos contra** (dos eleitos da CDU). No momento da votação estava ausente da sala um deputado municipal. -----

**PONTO TRÊS PONTO TREZE:** Venda das Ações do Município de Borba na E.D.C. Mármores.

- a) *Que aprove a venda ao Consórcio TRADINGAL\_ Projetos, Importação e Exportação, Ld.ª, a totalidade das ações detidas pelo Município na E.D.C. Mármores, pelo valor de 5 Euros cada ação;* -----
- b) *Não exercer o direito de preferência na transmissão das ações, por parte de outros acionistas (nº.3 do artº.8 dos Estatutos);* -----
- c) *No âmbito da E.D.C. Mármores, não votar favoravelmente o exercício do direito de preferência, por parte da Sociedade;* -----



----- **O Vereador Humberto Ratado** desejou boa noite a todos os presentes e disse que tinha participado na reunião em que todos os acionistas tinham concordado, em unanimidade, vender as ações àquele consórcio, o qual tinha o nome de TRADINGAL. -----  
Explicou que aquele consórcio pretendia tratar os subprodutos para fazer uma linha de montagem, uma unidade empresarial para produção de marmorites. Acrescentou que também estava previsto, conforme o plano de investimento, no valor de vinte e quatro mil euros, que empregaria cerca de 17 pessoas. -----  
Disse que as ações iriam ser vendidas todas ao mesmo preço, na componente pública. -----  
Salientou que a venda das ações da EDC – Mármore era um fardo que saía de cima de todos os acionistas daquela empresa. -----  
Afirmou que pensavam que a venda daquelas ações seria benéfica, pois os acionistas não encontravam operacionalidade naquele campo, nos anos seguintes. -----  
----- **O deputado Nelson Gato** disse que tinha ficado com quase todas as dúvidas por esclarecer, mas que queria recordar ali um episódio de uma discussão antiga, quando se tinha levado algum tempo a discutir a venda de uma empresa pública aos chineses e, naquela situação, por ironia do destino, tinham sido os chineses a comprar a EDC-mármore. -----  
Em sua opinião eram bem-vindos, se trouxessem mais-valias e investimento para o concelho. -----  
----- **A deputada Filipa Almeida** disse que havia coisas que nunca deviam nascer. Referiu que gostaria de ter ali a ata da sessão da Assembleia Municipal em que se tinha discutido a adesão da câmara municipal de Borba à aquela empresa. Acrescentou que a CDU tinha votado contra e tinha dito que o município de Borba não deveria fazer parte daquela empresa. -----  
Realçou que nunca lhe tinha passado pela cabeça estarem ali a discutir a venda das ações da EDC – Mármore aos chineses. Manifestou a esperança de que trouxessem alguns



postos de trabalho para o concelho e que aquela empresa não viesse a ser mais um ninho de chineses. -----

----- **O deputado Carlos Cabral** perguntou ao senhor vereador Humberto Ratado se o caderno de encargos previa, para a empresa, alguma obrigação sobre as escombreyras do concelho, se o caderno de encargos previa que os resíduos fossem vendidos, dados ou tirados, se tinham que pagar para se irem buscar e quais eram as obrigações relativamente ao aspeto paisagístico e ambiental. -----

----- **O vereador Humberto Ratado** disse que estava assegurada a recolha daqueles resíduos das escombreyras a custo zero para os seus proprietários. Seria o próprio consórcio que iria buscar aqueles resíduos. -----

Disse que não conhecia o caderno de encargos, não sabia se estava já elaborado ou não. ----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições colocou o documento em conjunto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com **16 votos a favor** (12 dos eleitos do PS, 2 dos eleitos do PSD, e 2 dos eleitos da CDU) e **1 voto contra** (eleito do PS). No momento da votação estava ausentes da sala 2 deputados municipais. O deputado Benjamim Espiguinha estava ausente da sala por se considerar impedido. No momento da discussão e votação, ausentou-se da sala o senhor presidente da câmara, por se encontrar impedido. -----

**PONTO TRÊS PONTO CATORZE:** Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

----- **O Vereador Humberto Ratado** disse que das atividades mencionadas nos documentos distribuídos aos senhores deputados, gostaria de respigar algumas: uma reunião que tinha tido com as Águas do Centro Alentejo, na qual tinha sido apresentado um estudo organizacional virado para a Economia de Escala no Alentejo, Estremadura e Região Centro. Referiu que pretendiam incorporar a EPAL naquela modalidade. Disse ser



importante trabalhar naquela escala, assegurando custos de contexto mais reduzidos; Acordo feito com a Companhia de Teatro PIMTAI, de Évora, acordo esse que possibilitaria ter, entre 2013/2014, alguém a trabalhar diretamente com o município, na recuperação dos bonecos da Orada, aproveitando o cineteatro. Disse que pretendiam desenvolver escolas de teatro em Borba. Aquela companhia tinha já alguma experiência naquela vertente. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que aquele documento que tinha sido distribuído vinha na sequência do que tinham falado, da Lei das Finanças Locais, nele constava a posição da ANMP. -----

----- **O vereador Hugo Mendanha** desejou boa noite a todos os presentes e disse que as atividades que lhe estavam inerentes estavam todas na listagem que os senhores deputados possuíam. Referiu que se encontrava ao dispor para esclarecer ou clarificar alguma coisa, caso houvesse necessidade da sua intervenção. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** no que respeitava ao Relatório Financeiro disse que, em termos de execução orçamental da despesa, tinham cerca de 39,87%. A execução orçamental da receita era de 46,03%. Referiu que aqueles dados se reportavam ao período entre 01/01/2012 e 15/01/2012. Em termos de dívidas a terceiros tinham na ordem dos seis milhões e quinhentos mil euros. No que respeitava aos empréstimos tinham cerca de 5.826.259,00€ (cinco milhões oitocentos e vinte seis mil e duzentos e cinquenta e nove euros). A margem de endividamento líquido estava na ordem dos 517.000,00€ (quinhentos e dezassete mil euros). O endividamento de longo e médio prazo estava na ordem dos 780.000,00€ (setecentos e oitenta mil euros). -----

Relativamente ao Relatório das Atividades realçou a Reunião com a DREA para desbloqueamento do capital para a obra da Requalificação da Escola EB2,3; reunião na CCDRA sobre a candidatura da Porta do Castelo, Iluminação da Fonte das Bicas; reunião com as Águas do Centro Alentejo, na qual tinha sido apresentado um estudo sobre a hipotética intervenção das águas em baixa; reunião com presidentes de câmara sobre um



célebre despacho da ARS de Portalegre, o qual impedia os doentes de Borba de serem tratados no Hospital de Elvas e de acederem a algumas valências daquele hospital. -----

Relativamente aos Planos de Pormenor disse que o Plano de Pormenor da Zona Industrial da Cruz de Cristo estava em conclusão; O Plano de Pormenor da UOPJ0 estava aprovado; os Planos de Pormenor da Ecopista e da Santa Bárbara encontravam-se em execução. -----

----- **O deputado Benjamim Espiguiha** desejou, em nome da bancada do PSD, ao executivo, mesa da assembleia e a todos os deputados, um bom ano de 2013. Disse saber que as perspetivas não eram famosas e que por isso iriam apostar na veia otimista do senhor presidente da câmara. -----

Referiu que se houvesse eleições legislativas lá estariam para tratar daquele assunto porque, das outras eleições, a bancada do PSD já estava a tratar. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que a sua veia otimista se mantinha sempre relativamente ao concelho, não em relação ao país. -----

Desejou Boas Festas a todos os presentes e, em seguida, disse que tinha sido distribuída por todos os senhores deputados uma agenda que era oferta do município e que tinham ali umas caixas de vinho para cada um levar. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** em nome da mesa da assembleia municipal desejou a todos um bom de 2013. Disse que ele também tinha uma veia otimista e que com certeza as coisas iriam acontecer de forma muito diferente, sem vendavais, ao contrário do ano de 2012. -----

Informou que a próxima sessão da Assembleia Municipal, sessão de Fevereiro, se iria realizar na Orada. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou que o programa URBAL tinha chegado ao fim e entendia que seria importante que os eleitos da Assembleia Municipal tivessem conhecimento do importante trabalho efetuado pelo município naqueles países. Assim



proponha que na próxima assembleia, no período antes da ordem do dia, aqueles filmes fossem passados. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam ser lidas, em voz alta, as onze minutas da ordem de trabalhos.-----

As minutas foram aprovadas por unanimidade. -----

Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. -----

### **O Presidente da Assembleia Municipal**

---

Jerónimo João Pereira Cavaco

### **O Primeiro Secretário**

---

Francisco José Ramalho Mendes

### **O Segundo Secretário**

---

Joaquim Manuel Ganito Trincheiras